



### Amapá: Governo garante pagar vigilantes dia 8/11

O chefe do Gabinete Civil do Governo do Amapá, Délcio Magalhães, recebeu nesta quinta-feira, 1º, no Palácio do Setentrião, uma comissão formada por cinco empregados da empresa LMS Vigilância e Segurança Privada, que presta serviços ao Estado. Durante o encontro, os trabalhadores foram informados de que o pagamento do mês de setembro de 2012 será efetuado na próxima quinta-feira, 8 de novembro.

De acordo com Délcio Magalhães, a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro (Seplan) já provisionou o recurso para efetuar o pagamento dos servidores. O chefe do Gabinete Civil ressaltou que a empresa, por conta de cláusula contratual, deve arcar com os devidos pagamentos salariais de seus funcionários, por pelo menos três meses, ainda que haja atraso no repasse feito pelo Governo do Amapá quanto ao pagamento dos serviços prestados

pela LMS.

Délcio Magalhães afirmou que o atraso no repasse à empresa se deu por conta da redução de arrecadação do Governo do Amapá junto à União. Contudo, ele assegurou que a Seplan está trabalhando para que casos como esse não voltem a se repetir.

"Alguns compromissos sofreram atrasos por conta da diminuição da

arrecadação do Estado junto ao governo federal, mas a Seplan, juntamente com o Gabinete Civil, garante que o pagamento de setembro ocorrerá na próxima quinta-feira", afirmou. A comissão agradeceu a garantia e se comprometeu em repassar a decisão do Estado aos demais vigilantes da LMS.

*Fonte: Diário do Amapá*

"Atraso nunca mais???"



### **“Nos encontramos na 11ª Conferência Nacional dos Vigilantes, em Salvador/BA, dias 08 e 09/11”. (José Boaventura – presidente da CNTV)**

José Boaventura, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes, afirma que a Conferência é o melhor momento que os sindicatos têm para fazer um pacto para encaminhar as negociações coletivas tratando, inclusive, de aspectos econômicos. Como os vigilantes não possuem um salário único em nível nacional, o evento tem também essa importância de

trazer o tema à discussão e tratar dessa importante pauta e outras mais”, disse.

“Tenho certeza que faremos uma grande Conferência Nacional, principalmente se houver a massiva presença dos dirigentes das entidades, pois isto amplia as discussões, bem como leva informações fundamentais para todos os cantos do Brasil”, conclui José Boaventura.



# SINDFORTE/RN obtém primeira vitória em ação coletiva contra a Nordeste Segurança



Com pouco tempo de existência, o SINDFORTE/RN demonstra compromisso e trabalho com as causas dos vigilantes do carro forte. A entidade entrou com ação coletiva contra a Nordeste Segurança para que a empresa devolvesse para o bolso dos trabalhadores os descontos indevidos, a título de seguro de vida. A Justiça, através do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO, 4ª VARA DO TRABALHO DE NATAL-RN, concedeu o direito em parte.

A CNTV parabeniza a direção do SINDFORTE/RN pelo excelente trabalho que vem realizando em defesa dos direitos dos vigilantes do carro forte e também por esta importante vitória na justiça do trabalho.

## Veja abaixo o teor da ação:

SINDICATO ESTADUAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES EM TRANSPORTE DE VALORES, CARRO FORTE, ESCOLTA ARMADA, CARRO LEVE (atm), TRABALHADORES DO CAIXA FORTE,

E TESOURARIA BANCÁRIA (GUARDA E CONTAGEM DE VALORES) DO ESTADO DO RN SINDFORTE ajuizou ação em face de NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES LTDA., alegando, em suma, que o seguro de vida assegurado na Lei 7.102/83 aos trabalhadores ora substituídos tem sido objeto de desconto salarial, o que, na ótica do ente sindical, é ilegal, porque entende que a apólice deveria ser gratuita para o trabalhador, sendo ônus da empresa, conforme interpretação legal.

## Veja abaixo a decisão da Justiça:

### DECISÃO

Ante o exposto e, tendo em consideração o mais que dos autos consta, o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Natal-RN resolve: rejeitar a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam; acolher a prescrição quinquenal para extinguir com julgamento de mérito as parcelas vindicadas na petição inicial que sejam anteriores a 18.09.2007; e julgar PROCEDENTES, EM PARTE os pedidos contidos na reclamação trabalhista proposta por SINDICATO ESTADUAL DO TRABALHADORES VIGILANTES EM TRANSPORTE DE VALORES, CARRO FORTE, ESCOLTA ARMADA, CARRO LEVE (atm), TRABALHADORES DO CAIXA FORTE, E TESOURARIA BANCÁRIA (GUARDA E CONTAGEM DE VALORES) DO ESTADO DO RN SINDFORTE em face de NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES LTDA., para con-

denar esta, a pagar aos substituídos daquele, 15 dias após o trânsito em julgado e regular liquidação de sentença, a verba de restituição de valores descontados dos salários a título de seguro de vida, para os períodos de vigência das convenções coletivas 2007/2008, 2008/2009, e 2009/2010, observando a prescrição acima declarada.

Sobre a condenação incidem juros de mora e correção monetária.

Condena-se, mais, a reclamada, a pagar honorários advocatícios sindicais no percentual de 15% sobre o valor da condenação.

Não há retenção de IRRF nem contribuição previdenciária sobre a verba ora condenada, eis que mera devolução de parcela salarial em que já houve as retenções legais.

Na hipótese de descumprimento do prazo acima estabelecido (15 dias após o trânsito em julgado e liquidação desta decisão), determina-se a aplicação de multa de 10% conforme artigo 475-J, do CPC, restando desnecessária a expedição de mandado de citação, na forma prevista no referido dispositivo legal do processo civil.

Custas, pela empresa demandada, no valor de R\$ 600,00, calculadas sobre R\$ 30.000, valor arbitrado para fins de custas e depósito recursal.

Cientes as partes.

Nada mais.

E PARA CONSTAR, FOI LAVRADA A PRESENTE ATA, QUE VAI DEVIDAMENTE ASSINADA.

Rachel Vilar de Oliveira Villarim  
Juíza do Trabalho

# Mês da Consciência Negra: superar as desigualdades e erradicar o preconceito e a discriminação

**Data será marcada por atos, mobilizações e atividades culturais em todo o Brasil**

Para marcar o Dia da Consciência Negra (20 de novembro), a CUT realizará durante o mês de novembro diversas atividades por todo o Brasil. São atos, manifestações, eventos culturais que vão celebrar os avanços conquistados e cobrar mais empenho das três esferas governamentais na promoção de políticas afirmativas que visem superar as desigualdades social e racial e erradicar o preconceito e a discriminação no Brasil.

Iniciando simbolicamente as atividades, a CUT Nacional promoverá na próxima terça-feira, dia 6, em São Paulo, o ato pela igualdade racial, no trabalho e na vida. Foram convidados o deputado federal Vicentinho, a deputada federal Janete Pietá e o senador Paulo Paim, além de representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Fundação Cultural Palmares.

Além de uma mesa temática, ocorrerá durante o ato a exibição do filme de curta-metragem “Vista Minha Pele” do cineasta Joel Zito Araújo conhecido por suas produções sobre a temática racial.

“Esta será uma atividade importante no sentido de firmar a data e estimular as secretarias estaduais e ramos a promoverem ações nos seus estados, denunciando o racismo, a discriminação e evidenciando nossas propostas para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, onde todos os cidadãos tenham os mesmos direitos e oportunidades. Assim, vamos consolidando esta tradição de desenvolver atividades neste mês”, descreve Maria Julia Nogueira, secretária Nacional de Combate ao Racismo da CUT.

“Temos sim de celebrar o que já foi conquistado com o entendimento de que há muito por se fazer, uma batalha cotidiana a ser desenvolvida. Lutar para que o racismo seja considerado como um crime inafiançável de forma efetiva, o que perpassa pela mudança de compreensão da lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989, instituída pela Constituição Federal”, complementa Julia.

Educação para avançar – de acordo com a secretária de Combate ao Racismo da CUT, o acesso à educação é um dos pi-

lares indutores de transformação social e de superação das desigualdades no País.

Regulamentada em outubro deste ano, a Lei de Cotas vem para ampliar ainda mais o acesso à educação superior no país. Universidades e institutos federais deverão reservar 50% das vagas para estudantes que frequentaram todo o ensino médio em escolas públicas. Desta porcentagem, metade será destinada aos estudantes negros, pardos ou indígenas e a outra metade aos estudantes que cursaram integralmente o segundo grau em escolas públicas cuja renda da família é de até um salário mínimo e meio.

“A aprovação da Lei de Cotas contou com grande colaboração do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR) e participação da CUT e, vem para saldar uma dívida histórica com a juventude brasileira e, conseqüentemente, colaborar para o aumento das oportunidades no mercado de trabalho”, ressalta a dirigente.

Mercado de trabalho que ainda apresenta elevados índices de desigualdade de oportunidades e condições de trabalho. De acordo com o Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil elaborado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o salário médio dos homens brancos em todo país representava, em 2006, um valor 98,5% superior ao dos homens negros e pardos.

Estudo realizado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) em conjunto com a Fundação Seade em 2011 revela que na região metropolitana de São Paulo a taxa de desemprego dos negros é maior que a dos não negros (brancos e amarelos). Sem contar que os trabalhadores negros ocupam geralmente os postos de trabalho mais precários e com remunerações mais baixas.

“Por isso, no último Congresso da CUT, a deliberação em relação a questão racial direciona-se para o fortalecimento coletivo das ações, no sentido de pensar e orientar as estaduais, ramos e sindicatos para que tenham uma preocupação

de incluir nas suas convenções coletivas cláusulas sobre a questão racial, visando a promoção da igualdade e o combate ao preconceito e a discriminação”, relata a dirigente.

Ações afirmativas - na última década, algumas políticas afirmativas implementadas em diferentes níveis de governo têm sido indutoras de importantes mudanças sociais. Mas a melhora das condições é fruto não só das ações públicas, mas resultado direto da organização do movimento negro e sindical e do crescimento da consciência racial da nossa sociedade.

De acordo com Julia, destacam-se a publicação da Lei 10.639, que inclui o ensino da história do continente Africano e dos negros do Brasil nos currículos escolares, o lançamento do projeto piloto “Juventude Viva” que visa reduzir o elevado índice de homicídios que atingem os jovens negros em todo o país e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010.

“Porém, infelizmente o Estatuto ainda é muito pouco conhecido, o que dificulta a implementação das suas políticas. Portanto, uma das tarefas que nós devemos desenvolver no próximo período é a ampliação do conhecimento sobre este importante marco legal para que seja de fato conhecido e possamos assim, exigir de maneira mais incisiva a implementação de suas políticas”, elenca Julia

*Fonte: CUT*



# Campinas/SP: Uso de celular em agência deve ser autorizado pelo gerente, propõe prefeitura. Sindicato é contra

A prefeitura de Campinas enviou projeto de lei à Câmara de Vereadores, no último dia 23, que altera a atual legislação sobre a proibição do uso de celular dentro das agências. O Executivo municipal quer liberar o uso dos aparelhos em situações de urgência e emergência. Caso seja aprovado, o projeto determina que os usuários possam fazer as ligações de emergência ou de extrema necessidade, desde que comuniquem à gerência da agência. O projeto de lei da prefeitura revoga duas leis em vigor: a referente à citada proibição de uso de celular dentro das agências e a que obriga as agências a instalarem bloqueadores de sinais de todas as operadoras.

O Sindicato não concorda que a determinação para uso de celular dentro da agência seja uma atribuição do bancário. “Somos contra porque o papel do bancário dentro da instituição é bem definido; ou seja, atendimento, pagamento, recebimento e venda de produtos. A segurança, diga-se de passagem, é realizada por profissionais especializados, que são os vigilantes, conforme determina a legislação específica. Não cabe ao bancário, que trabalha em ritmo acelerado, intenso, ser penalizado com mais essa atribuição. Aliás, bancário não é fiscal. A prefeitura, ao propor a mudança na lei, deveria criar instrumentos de fiscalização e punição”, avalia o presidente do Sindicato, Jeferson Boava.

Segundo ele, a segurança nas agências é uma prioridade do Sindicato. “Porém, ninguém nos procurou para debater. E, curiosamente, o projeto de lei nº 387/11, que trata da instalação de novos dispositivos de segurança nas agências, de autoria do então presidente da Câmara de Vereadores de Campinas, Pedro Serafim (atual prefeito), aprovado em primeira votação no dia 14 de dezembro do ano passado, aguarda a segunda votação desde fevereiro último”.

Sindicato apresenta projeto

O projeto do hoje prefeito Pedro Serafim, em tramitação na Câmara, tem como base o modelo elaborado pela Contraf-CUT em parceria com a Confederação dos Trabalhadores Vigilantes (CNTV), apresentado pelo Sindicato no dia 28 de julho de 2011. Esse modelo de projeto, cabe destacar, foi apresentado pelo Sindicato aos vereadores e/ou prefeitos das 37 cidades que com-

põem a base do Sindicato, desde o lançamento da Campanha por Mais Segurança nos Bancos, em abril do ano passado. Em sete delas, o projeto foi aprovado pelos vereadores; em três, já é lei. “A questão da segurança permanece aberta. Inclusive vamos procurar os eleitos para retomar o debate e exigir celeridade na votação dos projetos de lei apresentados”, avisa Jeferson Boava.

Comando e Fenaban debatem projeto-piloto

O Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban se reúnem nesta quarta-feira, dia 7, para discutir o projeto-piloto de segurança bancária, conquistado na Campanha dos Bancários deste ano. Com o objetivo de prevenir assaltos e sequestros, o projeto-piloto será implantado nas cidades de Recife, Olinda e Jaboatão, no Estado de Pernambuco.

**Fonte: Sindicato dos Bancários de Campinas e Região**



#### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira  
Jornalista: Walkiria Simões  
Projeto gráfico e diagramação: G. Santos



site: [www.vigilantecntv.org.br](http://www.vigilantecntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143  
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-1  
Cep: 73.300-000 Brasília - DF